Ilustre arquiteto italiano faleceu há precisamente 250 anos, em agosto de 1773

Nicolau Nasoni e a Misericórdia do Porto

Foi há precisamente 250 anos, a 30 de agosto de 1773, que faleceu no Porto o arquiteto italiano Nicolau Nasoni, autor de alguns dos mais emblemáticos edifícios da cidade, desde logo a Igreja e Torre dos Clérigos – ou a Igreja da Misericórdia e o Palácio do Freixo. Neste texto do historiador Francisco Ribeiro da Silva detalhamos a intensa relação de trabalho artístico de Nasoni com a Misericórdia do Porto, instituição com que criou uma ligação estreita, direta e plural.

Francisco Ribeiro da Silva, Prof. Catedrático da FLUP. Mesário do Culto e da Cultura da SCMP.

Nicolau Nasoni não pertence em exclusivo a nenhuma instituição portuense nem sequer trabalhou apenas na cidade do Porto. Natural de San Giovanni Valdarno, na Toscana, viu a luz do dia longe da nossa urbe, mas nesta desenvolveu as suas plurais aptidões artísticas, deixando marca indelével em diversos monumentos. No Porto criou família e viu crescer filhas e filhos. Dos seus dois casamentos, ambos na cidade, nasceram vários filhos, sobretudo do segundo contraído com Antónia Mascarenhas Malafaia, que foi mãe de cinco filhos. De entre eles, lembrarei António Nasoni que, como é sabido, foi deportado para a Índia. O que geralmente se desconhece, embora eu próprio o tenha divulgado em 1990 ("Absolutismo Esclarecido e Intervenção Popular. Os motins do Porto de 1757", Lisboa, Imprensa Nacional) é o motivo dessa condenação. Ora a razão do degredo foi por ter sido apanhado na devassa que, por ordem régia, João Pacheco Pereira de Vasconcelos, fez, no Porto, ao motim dos Taberneiros que ocorreu nas ruas da cidade em 23 de fevereiro de 1757 contra a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro que havia sido fundada por alvará régio de 10 de setembro de 1756. Ou seja, António Nasoni que era Escrivão vitalício da Almotaçaria da Cidade desde 10 de maio de 1749, foi obrigado a renunciar a esse ofício e fê-lo formalmente através do seu Procurador e Pai, Nicolau Nasoni, em 10 de maio de 1759. Sabemos que foi degredado para o Estado da India com mais 3 implicados, mas desconhecemos que tipo de participação teve no Motim, bem como a data da execução da pena. Sabe-se apenas que em casa de António Nasoni foram encontrados papéis comprometedores.

Nicolau Nasoni foi admitido como irmão secular da Irmandade dos Clérigos em 1743 (Artur de Magalhães Basto, "Estudos Portuenses", vol. II, Porto, BPMP, 1990, p. 121.).

Finalmente, aqui acabou os seus dias e foi sepultado na Igreja da «sua» Irmandade. Que outros títulos são necessários para poder ser considerado um verdadeiro portuense?

Entretanto, criou uma ligação estreita, direta e plural com a Misericórdia do Porto em virtude do insigne trabalho de arquiteto na reedificação da sua Igreja Privativa. Mas também alguma coisa teve a ver com o desenho e a construção da Igreja de Nossa Senhora da Esperança! Por seu lado, a Misericórdia do Porto reencontrou-o, de novo, postumamente, quando D. Francisco de Noronha e Meneses, por testamento de 16 de maio de 1903, lhe doou a Casa e a Quinta da Prelada. É essa relação de trabalho artístico que pretendo esmiuçar aqui.

O primeiro contacto profissional com a Misericórdia do Porto, de que há registo, ocorreu em 7 de fevereiro de 1740, quando o Provedor Duarte Cláudio Huet Soutomaior decidiu agendar a preocupante realidade que era a ruína que visivelmente ameaçava a Igreja, em meados do séc. XVIII! Contava o templo cerca de duzentos anos, pois fora construído na segunda metade do séc. XVI, por projeto do Mestre Manuel Luís e abrira ao culto em 1568. Mas a capela-mor, desenhada pelo mesmo Mestre, erguida uns dezasseis anos mais tarde (Artur de Magalhães Basto, "História da Santa Casa da Misericórdia do Porto", I vol., 2ª ed., Porto, 1997, pp. 389-392), resistiu bem até aos nossos dias.

Naquele primeiro domingo de fevereiro, os arquitetos Nicolau Nasoni e Miguel Francisco da Silva bem como vários mestres de pedraria e de carpintaria aceitaram o convite do Provedor e compareceram na Casa do Despacho, na rua das Flores. Depois de examinarem as paredes e a abóbada da igreja, concluíram que era urgente acudir ao templo e intervir em ambas as paredes, tanto a ocidental que dava para a viela e confrontava com a casa do nobre João Rodrigo Brandão, como a do nascente, que abria para o pátio. A primeira parede, entendiam eles, devia ser "mocissada" ("macissar" ou "mocissar" – aparecem as duas formas – é um termo cujo significado exato desconheço nem encontrei nos glossários antigos. Sugiro que o termo tenha a ver com a palavra maciço, ou seja, acrescentar massa para tornar a parede mais consistente e mais forte) em toda a largura da viela até ao telhado das casas do vizinho, colocando-se botaréus igualmente até ao telhado, para maior segurança. E devia ser implantado na viela um canal em pedra que, a descoberto,

Na Igreja da Misericórdia, Nasoni não se limitou a desenhar a esplendorosa e cénica frontaria, pois há abundantes mostras da sua atividade no corpo da igreja.

juntasse as águas e as guiasse para a rua. A segunda parede devia ser reforçada com uma nova parede de sacada, até à arquitrave, de oito palmos, apoiada por três botaréus nos sítios mais convenientes. Finalmente, a frontaria do templo deveria ser beneficiada, uma vez que também era evidente o seu estado de degradação (AHSCMP, "Livro 5º de Lembranças", D, B.co 8, nº 7, fl. 20v).

Parece, no entanto, que para a rapidez da tomada de decisão não bastava a opinião dos entendidos. Havia quem hesitasse. Por isso, oito dias depois, a 14 de fevereiro, a Mesa voltou a reunir com o Definitório e com a Junta dos Provedores da Irmandade (como o mandato de Provedor durava apenas um ano, era natural que houvesse muitos ex-Provedores vivos. Daí a Junta de Provedores que, nos dias de hoje, não faria qualquer sentido) e todos confirmaram a necessidade urgente da obra. Por conseguinte, decidiu-se que se voltassem a chamar os arquitetos e mestres para, com a ajuda dos Irmãos José de Miranda de Vasconcelos e José Monteiro Moreira, verificarem e examinarem, de novo, o estado da Igreja. Pensou-se até em recorrer a el-rei para se obter algum donativo da Coroa e também se alvitrou a organização de um peditório público a lançar na cidade e nos subúrbios (AHSCMP, "Livro 5º de Lembranças", D, B.co 8, nº 7, fl. 21).

Em conformidade, foram chamados de novo os Arquitetos e Mestres, em 17 de fevereiro de 1740, entre eles Nasoni, e pediu-se-lhes que, sob juramento com as mãos sobre o Evangelho, dissessem a verdade sobre o real estado da Igreja. Os peritos confirmaram que corria perigo e a obra ficaria segura, não só para o presente, mas também para o futuro, se se procedesse de acordo com o que se havia determinado na reunião anterior. Alguns dos mestres enfatizaram que, para maior segurança, seria necessário «macissar» a parede que se havia de reforçar no vão da viela com a casa de João Rodrigo, mas somente naquela parte em que se pusessem os botaréus (AHSCMP, "Livro 5º de Lembranças", D, B.co 8, nº 7, fl. 22. Assinam nove pessoas da Mesa e também os arquitetos, sendo Nasoni o primeiro, e os mestres de pedraria e carpintaria no total de oito pessoas, duas das quais assinam de cruz).

A exigência do juramento aos peritos, com as mãos no Evangelho, deixa no ar a suspeita de que gente de peso na Irmandade duvidava da urgência das obras. A prova disso é que durante os cinco anos seguintes, a julgar pelas informações contidas no Livro de Lembranças, não se mexeu na Igreja. Mas a preocupação não havia desaparecido de todo porque, em 20 de setembro de 1745, na Provedoria de João Rodrigo Brandão, o vizinho da casa do lado, mandou-se pôr o prumo na Igreja e verificou-se que a inclinação era exatamente a mesma que existia em 1618, sem embargo do abalo provocado pela queda de um raio em abril de 1621! Assim sendo, não havia necessidade de se mexer no templo! O saber dos entendidos acabou por não ser suficiente!

Mas os medidores de 1745 esqueceram-se de avaliar a inclinação da parede oriental voltada para o pátio. Se o tivessem feito (como acabaram por fazer em 2 de março de 1748, obrigados a tal por, entretanto, em 23 de fevereiro de 1748, ter caído uma pedra da abóbada, com ameaça de outras seguirem o mesmo caminho), teriam verificado que essa parede apresentava um agravamento de dois dedos no desaprumo face à medição do séc. XVII.

Nessa reunião de 2 de março de 1748, para a qual, mais uma vez, foram convocados arquitetos, mestres e «curiosos» da arte de arquitetura, concordaram todos que a Igreja se achava em evidente ameaça de ruína e o que havia a fazer de imediato era desmontar a abóbada com a segurança que a arte exigia. E que, se a Mesa queria realizar obra perdurável, a solução era demolir as paredes e reconstruir a Igreja visto que as ditas paredes não tinham a grossura que, pelas regras da arte, pedia a obra do templo! Ou, em alternativa, se segurassem as paredes com linhas de ferro e forrando-as de madeira, talvez ficassem seguras enquanto a madeira durasse. Assinam os arquitetos Nicolau Nasoni, Miguel Francisco da Silva e mais alguns mestres e peritos (AHSCMP, "Livro 5º de Lembranças", Secção D, B.co 8, nº 7, fl. 106v).

No dia seguinte, 3 de março, convocou-se nova reunião da Mesa com a presença do Definitório e a Junta de Provedores da Irmandade, num total de, pelo menos, 37 pessoas a assinar. Assentou-se que a madeira e telha da igreja se retirassem, pagando-se os jornais por conta da Casa. Quanto à abóbada, seria demolida por empreitada, com a cláusula de as pedras se descerem com as cautelas necessárias, para se não partirem. No tocante às paredes, depois de retirada a abóbada, examinar-se-iam de novo e, conforme o estado delas, se resolveria o que fazer: conservar ou reedificar. Decidiram ainda que, fechado o arco, se conservasse o Santíssimo Sacramento na Capela-Mor (AHSCMP, "Livro 5º de Lembranças", D.,B.co 8, nº 7, fl. 107-108. Era a forma de continuarem a celebrar algum ato de culto). Logo a seguir terá começado a demolição da abóbada, mas nem toda foi desmontada, visto que, em junho desse ano, pagando-se o trabalho ao mestre pedreiro Domingos Costa, descontaram-lhe 25.000 reis "pela parte da abóbada que ficou por tirar" (Eugénio Andrea da Cunha e Freitas, "História da Santa Casa da Misericórdia do Porto", III vol., Porto, 1995., p.292. O saudoso Dr. Cunha e Freitas publica neste III volume os principais documentos referentes à reconstrução da Igreja e outros aspetos importantes da vida da SCMP. Muito útil).

Semelhanças da Igreja de Nossa Senhora da Esperança com outras d

obras de Nasoni deixam poucas dúvidas sobre a sua autoria.

Mas a demora da reconstrução exasperou os fiéis e os irmãos e até enfraqueceu a vontade de quem queria contribuir. Outro motivo de crítica era que, sem altares e missas, os legados pios em favor das almas dos doadores ficavam por cumprir, com escândalo dos crentes. A pressão engrossou, tornando-se absolutamente necessário tomar decisões, visto que «apesar de tantos assentos, revistas e examinações…não se conheciam os motivos de tanta demora!».

Então, em 17 de julho de 1749, poucos dias após a tomada de posse do novo Provedor Bento Luís Correia de Melo, uma Junta Geral muito participada (pelo menos, 42 assinaturas) decidiu avançar de imediato com as obras numa dupla direção: reconstruir a abóbada em tijolo e «puxar fora alguma coisa o frontispício». Mas apenas mais de um mês depois, em 27 de agosto, o mestre pedreiro acima referido arrematou a obra de reedificação da Igreja pela importância de 7.194.000 reis. Com ele trabalharam mais cinco mestres pedreiros, todos do concelho da Maia (Eugénio Andrea da Cunha e Freitas, "História da Santa Casa da Misericórdia do Porto", III vol., p. 293).

No entanto, em rigor, somente em 1 de setembro de 1749 começaram as obras (AHSCMP, "Livro 5º de Lembranças", D., B.co 8, nº 7, fl. 116v), nove anos depois de se terem detetado os primeiros sinais de alarme! Porquê tamanha dilação? Haveria falta de dinheiro? Talvez, pelo menos no início, porque, como vimos, foi alvitrado que se pedisse um donativo à Coroa ou que se organizasse um peditório na cidade e nos arredores. Mas, em sentido contrário sabemos que a Misericórdia dispunha de capital visto que emprestou uma verba avultada á Câmara Municipal!

Qual foi então o trabalho de Nicolau Nasoni na Igreja da Misericórdia?

Em primeiro lugar, como vimos, prestou serviço como perito e avaliador do estado de precariedade da Igreja quando, em 1740, surgiu o primeiro alarme. Por duas vezes, naquele ano, Nicolau Nasoni manifestou o seu ponto de vista, aliás coincidente com os demais. Voltou a ser chamado oito anos depois, em 2 de março de 1748 na sequência da queda da pedra do fecho da abóbada, como ficou descrito. Não sabemos se foi dele a ideia de, na reconstrução, fazer avançar a frontaria, como veio a acontecer. Inicialmente, a ideia veiculada naquela magna reunião de 17 de julho de 1749 foi a de «puxar fora alguma coisa o frontispício» (AHSCMP, "Livro 5º de Lembranças", D.,B.co 8, nº 7, fl.116v), mas manter a frontaria, apesar do seu mau estado. Essa ideia foi posta de parte, e o trabalho de

Nicolau Nasoni na Igreja da Misericórdia foi muito mais do que o de perito influente. De facto, como se afirma em documento «o frontispício será fabricado pela planta de Nicolau Nasoni, excepto os últimos festões que pegam na cruz e as duas imagens da Esperança e Caridade cuja obra do frontispício sujeitam eles mestres à direção do mesmo Nicolau Nasoni que poderá fazer os riscos, desenhos e moldes que forem necessários» (Eugénio Andrea da Cunha e Freitas, "História da Santa Casa…", p. 295). E também se escreveu que «enquanto ao coro e corpo da igreja este será feito pela planta ou plantas do Engº Manuel Alves» (Eugénio Andrea da Cunha e Freitas, "História da Santa Casa…", p. 295-296).

Teoricamente o traçado da reconstrução da Igreja deve-se a estes dois artistas!

Mas, na verdade, se o que foi pago a cada um deles reflete o volume do respetivo trabalho, fica claro que a Igreja tem muito mais de Nasoni do que de Manuel Alves. Com efeito, ao último pagaram-se, em 10.9.1749, 19.200 reis «pelo trabalho que teve com a medição e planta que fez para a obra dela» (Eugénio Andrea da Cunha e Freitas, "História da Santa Casa…", p. 297). Tal quantia seria o que normalmente se pagava na época pela elaboração de um projeto da arquitetura (receberam essa quantia dois dos arquitetos iniciais da Igreja da Lapa, na mesma época, pelas plantas que desenharam, de nome Gonçalo Pereira e Glamer Stroberle). Mais tarde, em 12.7.1753, foram-lhe entregues mais 6.400 reis «pela medida da abóbada e assistência que a ela fez» (Eugénio Andrea da Cunha e Freitas, "História da Santa Casa…", p. 302). Tudo soma 23.800 reis.

Ora Nasoni recebeu ao todo 56.000 reis: 24.000 em 05/11/1749, 12.800 em 30/06/1751 e 19.200 em 04/07/1753 (AHSCMP, "Livro 5º de Lembranças", D, B.co 8, nº13, fl.s 17, 24 e 36. Em comparação, José de Figueiredo Seixas, o arquiteto da Igreja da Lapa, pelo trabalho que teve de fazer as plantas e dar assistência nas obras entre Julho de 1759 e 1 de Maio 1760, recebeu 48.000 reis).

Por conseguinte, na reconstrução Igreja da Misericórdia, Nasoni não se limitou a desenhar aquela esplendorosa e cénica frontaria, com a felicidade de os «únicos desenhos que sobreviveram das suas obras portuguesas» serem os desenhos da fachada (a frase transcrita por Eugénio A. da Cunha Freitas é de Robert Smith – "Nicolau Nasoni, Arquitecto do Porto". Ver Eugénio Andrea da Cunha e Freitas, "História da Santa Casa…", p. 304 e 325).

Como tem sido assinalado, há abundantes mostras da sua atividade no corpo da Igreja, tais como as diversas peças graníticas de decoração!

Acrescente-se, finalmente, que a grande solenidade da inauguração da Igreja reconstruída teve lugar no dia 6 de janeiro de 1754, dia dos Reis, pela celebração da missa com toda a pompa, sendo orador o Doutor Tomás Pereira, religioso do Real Convento de Cristo em Tomar e com a colaboração musical do coro da Sé Catedral, dirigido pelo Mestre Capela padre António José Monteiro (AHSCMP, "Livro 5º de Lembranças", D, B.co 8, nº13, fl. 143). Provavelmente Nicolau Nasoni esteve entre os convidados!

A segunda obra a referir aqui é a Igreja de Nossa Senhora da Esperança, atribuída a Nasoni por Robert Smith. Outros acrescentam que terá sido projetada pelo arquiteto italiano em 1746, mas construída mais tarde. Há, por outro lado, quem defenda que a Igreja foi desenhada por discípulos e não pelo próprio Nasoni.

Quanto ao começo da obra em 1746, tal parece certo visto que, nesse mesmo ano, o Bispo do Porto, D. Frei José Maria da Fonseca e Évora, por razões que desconhecemos, mandou suspender a sua construção. Só em janeiro de 1750, por despacho favorável do mesmo Prelado a uma petição do Provedor da Misericórdia, Bento Luiz Correia de Melo, a construção foi retomada, com bênção da primeira pedra pelo Vigário Geral, por delegação e mandado episcopal (AHSCMP, "Livro 5º de Lembranças", D, B.co 8, nº13, fl. 119-119v).

Infelizmente não encontrei no Arquivo da Misericórdia nenhum outro documento sobre a construção da Igreja ou sobre o seu arquiteto. Mas as semelhanças da frontaria da Igreja de Nossa Senhora da Esperança com outras obras de Nasoni, deixa poucas dúvidas sobre a autoria. A comparação do tímpano da Igreja da Nossa Senhora da Esperança com o da Misericórdia não só quanto ao brasão régio como também nos elementos de adorno da cornija, aponta para o dedo do mestre italiano. A figura da padroeira na frontaria, dentro da sua mísula, pode ver-se noutras obras nasonianas. Mas não deixa de ser estranha e desconfortante a ausência total de notícias no Arquivo da Misericórdia.

Finalmente na Casa e na Quinta da Prelada, doadas à Santa Casa da Misericórdia por testamento de D. Francisco de Noronha e Meneses, datado de 16 de maio de 1903, a presença de Nicolau Nasoni surpreende porque o desafio que se lhe colocou era muito diferente do que ele vinha fazendo. Desta vez não era uma igreja nem sequer apenas um palácio, mas um palácio integrado num conjunto em que a natureza e o seu aproveitamento seriam parte essencial.

Na verdade, o texto da Memória Paroquial da freguesia de Ramalde, escrito em 1758, pelo Padre Francisco Matheus, aponta para um Nasoni que está para além da mestria do desenho e da construção de monumentos. O Nasoni da Prelada parte de uma habitação pré-existente e dela aproveita alguma parte. Por exemplo, no portão de entrada, mantém as sereias seiscentistas, mas, no tímpano, faz sobressair o escudo com as opulentas armas dos Noronha e Meneses. Em 1758, do risco de Nasoni apenas a parte de sudoeste do edifício com o seu torreão, estava acabada. Uma parte da construção antiga, talvez de Seiscentos, ainda se mantinha em 1833, como se pode verificar no desenho de Joaquim Vilanova (Joaquim Cardoso Vitória Vilanova, "Edifícios do Porto em 1833", Porto, BPMP, 1987, estampa 33). É a Memória Paroquial que nos informa que o projeto de Nasoni aproveitaria toda a largura do pátio, com uma torre quadrada em cada canto. O Pároco parece ter ficado deslumbrado com o que via: uma relação perfeita entre o Palacete e o seu prolongamento por escadas bem lançadas que davam para os jardins pontuados de tanques de água e para o labirinto e se continuava por uma via reta de quatrocentos metros, em espaço ajardinado e arborizado, ladeado por plantas, algumas de cheiro, laranjeiras e limoeiros e outras árvores de fruto que bordejavam o caminho, pontuado por fontanários com figuras graníticas de inspiração mitológica e bancos de pedra para descanso e recreio, sendo o percurso coberto por um dossel de vides que filtravam os raios do sol e proporcionavam passeios saudáveis entre a bela mansão senhorial e o gracioso castelo inserido num pequeno lago, lá ao fundo. Este Nasoni não é exclusivo da Casa da Prelada, mas aqui a Casa, os jardins e os caminhos que levavam ao pequeno castelo ao fundo, emergente da água, faziam um conjunto cheio de caráter, harmonia e bucolismo.